

Governo aprova 22 projetos de regadio no valor de 248 milhões de euros

5 de Março, 2018

O ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural disse, recentemente, à Lusa que já foram aprovados 22 projetos no âmbito do Programa Nacional de Regadios, no valor total de 248 milhões de euros.

“Neste momento já estão aprovados 22 projetos, que correspondem a 248 milhões de euros, sendo que os restantes serão para aprovar até ao final deste ano, para que a execução esteja concluída, o mais tardar, em 2022”, disse Capoulas Santos, em declarações à Lusa. De acordo com o responsável, o programa em causa visa instalar em todo o país cerca de 95 mil hectares de regadios, 54 mil de novos regadios e 41 mil correspondentes a modernizações, tendo sido alocado um investimento público na ordem dos 534 milhões de euros.

“A água e o regadio são o mais importante fator de competitividade da nossa agricultura, o melhor instrumento de resiliência contra as consequências das alterações climáticas que se têm vindo a verificar e que, no caso deste ano e do ano passado, são particularmente evidentes com a seca que se tem vindo a observar. [Os regadios] visam também uma maior criação de emprego, contribuindo, desta forma, para a coesão territorial e para a criação de riqueza no nosso território”, indicou.

Ao longo de todo o país estão já aprovados vários projetos, de que são exemplo, no Algarve e no sudoeste alentejano, o regadio na Várzea-de-Odeleite e na Várzea-de-Benaciate, a modernização do regadio nos perímetros de Campilhas e Alto Sado, na zona Litoral, Norte e Centro, em Óbidos, Vale do Liz e baixo Mondego e no interior norte na Alfândega-da-Fé. No sábado foi publicamente apresentado o projeto da Lezíria de Vila Franca, que visa beneficiar cerca de 6.500 hectares e para o qual estão alocados 30 milhões de euros.

“O projeto tem uma importância económica e ambiental muito grande. Visa beneficiar cerca de 6.500 hectares da lezíria, através do novo sistema de condutas, para que os agricultores possam ficar protegidos e também para aproveitar melhor os solos que, nalguns casos, têm um elevado grau de salinização. Alguns deles só podem ser utilizados para o cultivo do arroz, precisamente por essa razão”, notou Capoulas Santos.

Apesar do concurso para o Programa Nacional de Regadios estar aberto até ao final de setembro, o ministro da Agricultura garante, para já, que a primeira conclusão a retirar é que há “uma grande intenção” de investir no regadio. “Estas iniciativas emanam dos próprios agricultores, uma vez que a política de regadio só avança quando metade dos agricultores de uma determinada área a beneficiar estejam dispostos a constituir-se numa associação e a demonstrar essa vontade de ver os seus terrenos irrigados”, explicou.

O ministro da Agricultura disse que o balanço do programa “é positivo”, sendo

também um fator de competitividade da agricultura nacional. “A agricultura portuguesa tem vindo a conhecer um grande trajeto de inovação e prosperidade nos últimos anos e isso muito se deve ao aumento da disponibilidade de água, sobretudo, num país com as nossas características climáticas. A água é um fator determinante, principalmente, se for fornecida aos agricultores a preços acessíveis”, vincou.

Apesar de admitir que o cenário de seca ainda está longe de ser afastado, o ministro da Agricultura garante que as últimas chuvas conseguiram atenuar o problema e a longo prazo vão contribuir para a recarga das reservas de água. “Neste momento é muito precipitado estar a antecipar quebras de produção agrícola. Esta chuva tem efeitos muito benéficos, de forma imediata, no setor da pecuária, aumentando a produção de matéria verde, e, a longo prazo, está a contribuir para a recarga das reservas de água”, concluiu.